

"OS AMIGOS DOS MEUS AMIGOS SÃO MEUS AMIGOS?": AS CONSEQUÊNCIAS DO CAPITAL SOCIAL PARA AS DIFERENÇAS SALARIAIS ENTRE HOMENS E MULHERES NO BRASIL¹

Fábio Lúcio Rodrigues²

Mércia Santos da Cruz³

Wallace Patrick Santos de Farias de Souza⁴

O objetivo deste artigo constitui-se em identificar variáveis representativas para o capital social (CS) no nível do indivíduo, verificando seus efeitos sobre a composição dos salários e a consequente diferença salarial por sexo e quantis de rendimentos. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) é utilizada para executar diferentes estratégias econométricas, com a finalidade de identificar o impacto do capital social sobre os salários por sexo. Os resultados apontam para um claro efeito do estoque de capital social sobre os salários em geral, mas com impacto superior nos rendimentos femininos, tanto na média quanto nos salários das mulheres que estão nas faixas salariais mais baixas.

Palavras-chave: capital social; decomposição salarial; diferenças salariais; rendimentos do trabalho.

"THE FRIENDS OF MY FRIENDS ARE THEY MY FRIENDS?": THE CONSEQUENCES OF SOCIAL CAPITAL FOR WAGE DIFFERENCES BETWEEN MEN AND WOMEN IN BRAZIL

The purpose of this paper is to identify representative variables for social capital at the level of the individual, verifying its effects on the composition of wages and the consequent wage difference by sex and incomes quantiles. The National Health Survey is used to execute different econometric strategies in order to identify the impact of social capital on wages by sex. The results point to a clear effect of the stock of social capital on wages in general, but with a higher impact on female incomes, both in the average and in the salaries of women who are in the lowest salary ranges.

Keywords: social capital; wage decomposition; wage differences; labor income.

JEL: J00; J16; J31.

1 INTRODUÇÃO

O período iniciado em meados da década de 1970 trouxe um crescente protagonismo das mulheres no contexto do mercado de trabalho mundial, principalmente nos países de tradição democrática. Características tipicamente femininas, como a capacidade de trabalho em equipe (Capraro, 2018), a persuasão argumentativa (Andrews, 2006) e a maior capacidade de cooperação (Molina *et al.*, 2013), têm levado as mulheres profissionais a ganharem cada vez mais espaços no ambiente

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ppe52n3art4>

2. Professor no Departamento de Economia e no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPE/UERN). *E-mail:* prof.fabiolucio@gmail.com.

3. Professora no Departamento de Economia e no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). *E-mail:* mercia_sc@hotmail.com.

4. Professor no Departamento de Economia e no PPGE/UFPB. *E-mail:* wpsfarias@gmail.com.

laboral (Madalozzo, 2010; Klasen *et al.*, 2019), trazendo à tona, por consequência, a necessidade de novas discussões das diferenças salariais existentes entre os gêneros ao longo dos anos.

Segundo Araújo e Ribeiro (2002), a população economicamente ativa (PEA) feminina cresceu 260% entre 1970 e 1990 no Brasil, enquanto a participação dos homens se elevou em apenas 73% nesse período e o rendimento médio das mulheres representava apenas 41% do masculino. No entanto, apesar da persistência das diferenças salariais das mulheres no que concerne aos homens, esse *gap* remuneratório vem reduzindo-se consideravelmente desde a década de 1970. Dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), expostos em Caoli (2016), mostram que, a partir de 2009, o rendimento médio feminino já representava, em média, 80% do masculino. Diferença média que se mantém nos anos seguintes, conforme enfatizam Gomes e Souza (2019), com informações obtidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), concernente a 2016, e Paradella (2019), com dados relativos ao quarto trimestre de 2018 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE.

É possível que tais reduções não tenham relações apenas com motivos específicos, como aumento da produtividade e escolaridade, ou aspectos demográficos, tal como a redução da fecundidade. Entretanto, há também relação com um contexto de desenvolvimento social mais amplo, no qual a mulher vem buscando, cada vez mais, seu protagonismo na sociedade na qual está inserida e, principalmente, na procura de igualdade de condições no ambiente das relações de trabalho, conforme pode ser visto em Chevalier (2007), Grove, Hussey e Jetter (2011), Madalozzo, Martins e Lico (2015) e Faustino, Araújo e Maia (2017), apesar da aversão feminina à competitividade com o sexo oposto, como evidenciado, por exemplo, em Niederle e Vesterlund (2007) e Morin (2015).

No ambiente corporativo, ainda ocorrem fortes discrepâncias de remuneração entre os sexos, principalmente na parte superior da distribuição de rendimentos; fenômeno conhecido como “teto de vidro”. É visível a percepção discriminatória sofrida pelas mulheres nas empresas, seja por estruturas remuneratórias tradicionalmente patriarcais, seja por mero sexismo organizacional arraigado em décadas de sub-representação feminina no topo da estrutura administrativa (Bertrand e Duflo, 2017; Bertrand, 2018).

Em paralelo, vários autores enfatizam o papel do capital social (CS) como elo fundamental para o desenvolvimento das instituições em economias de mercado, a partir da segunda metade do século XX. O trabalho seminal de Becker (1974) estabelece os pilares fundamentais de uma teoria que busca compreender os efeitos das interações sociais entre os agentes sobre suas decisões econômicas e,

posteriormente, desenvolve seus argumentos em Becker (1996), em que defende que as decisões e as preferências dos indivíduos não têm relação direta com suas necessidades, mas sim com o estoque de capital social acumulado.

Cremonese (2006) enfatiza que a edificação de um sentimento comunitário depende da ação recíproca entre as pessoas que nesta convivem, constatando que redes de interação social são fundamentais para a ampliação do capital social. Por sua vez, Pollán (2013) entende que laços sociais cada vez mais intensos necessitam de tempo e esforço para serem estabelecidos, e que o relacionamento direto em grupos homogêneos ao longo da vida das pessoas é a característica básica do desenvolvimento do capital social.

Apesar de uma grande gama de estudos que incorporam a teoria do capital social para explicações as mais diversas acerca do comportamento e do desenvolvimento de governos e instituições, ainda são escassas as aplicações empíricas que estabeleçam medidas de capital social no nível dos indivíduos e, principalmente, que estudem as influências que o desenvolvimento dos laços sociais acarreta sobre as pessoas e suas relações de trabalho.

Nesse contexto, o objetivo central deste estudo constitui-se em identificar variáveis representativas para o capital social no nível do indivíduo, ao verificar seus efeitos sobre a composição dos salários e a consequente diferença salarial por sexo e quantis de rendimentos. Para atingir o objetivo proposto, são executadas várias aplicações econométricas, a fim de verificar a persistência dos resultados.

É necessário considerar, também, que as condições de saúde dos trabalhadores são fundamentais na sua oferta de trabalho e, conseqüentemente, na composição dos seus rendimentos, principalmente em relação às mulheres (Cruz e Irfi, 2019). Fatores como morbidades adquiridas (Glaser e Grundy, 1997), violência doméstica (Aizer, 2007), condições de prevenção (Rodrigues, Cruz e Paixão, 2015), saúde na terceira idade (Corrêa, Queiroz e Fazito, 2016), estrutura familiar (Cruz, Araujo e Paixão, 2018) e diferenças entre raça e gênero (Treadwell, 2019) são imprescindíveis para a compreensão da composição salarial e dos hiatos de rendimentos entre os sexos. A pandemia causada pelo novo coronavírus e os efeitos devastadores provocados pela covid-19 nas famílias também afetam diretamente a oferta de mão de obra e os rendimentos dos trabalhadores, principalmente em grupos tradicionalmente marginalizados (Gausman e Langer, 2020; Chandler *et al.*, 2021). Portanto, de forma complementar, e apesar de não ser o foco principal deste trabalho, é realizada uma análise sobre os impactos das condições de saúde dos indivíduos na composição dos rendimentos.

Além desta introdução, este trabalho conta, também, na seção 2, com revisão de literatura, assim como apresenta a evolução do conceito de capital social e aborda as alternativas de mensuração que serão utilizadas nesta pesquisa.

A seção 3 traz um detalhamento da estratégia empírica utilizada neste ensaio e a base de dados relacionada. Na seção 4, são discutidos os resultados empíricos. A seção 5 apresenta as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O conceito de capital social abrange um intenso aspecto de interdisciplinaridade, na medida em que integra a sociologia, a psicologia, a antropologia, bem como a economia, e combina várias ideias, incluindo-se as tradições culturais, a civilidade, o envolvimento cívico e a coesão social. Estudos empíricos sugerem que o capital social traz benefícios consideráveis para uma série de resultados econômicos e sociológicos (Claridge, 2004). Nesse mote, existem três tipos de capital que interessam diretamente aos estudos econômicos: capital físico, humano e social.

Para Coleman (1990), o capital social representa os recursos, reais ou potenciais, obtidos a partir dos relacionamentos existentes entre as pessoas e suas redes de engajamento. Nesse contexto, o capital social é um bem público e, portanto, depende da disposição dos membros da comunidade em evitar o *free riding* – ou seja, aquele agente oportunista não disposto a arcar com os custos inerentes à geração do capital social. Dessa forma, normas bem estabelecidas, confiança mútua entre as pessoas envolvidas e a possibilidade de aplicação de sanções àqueles que não respeitarem o *status quo* social no qual estão inseridos tornam-se importantes fatores para sustentar esse ativo coletivo.

Putnam, Leonardi e Nonetti (1993) retomam o argumento central de Coleman (1990) e determinaram características para o capital social inerentes a um bem público, na medida em que o nível do capital social estabelecido em um grupo de indivíduos pode ser expandido em nível agregado, criando externalidades positivas para toda a sociedade.

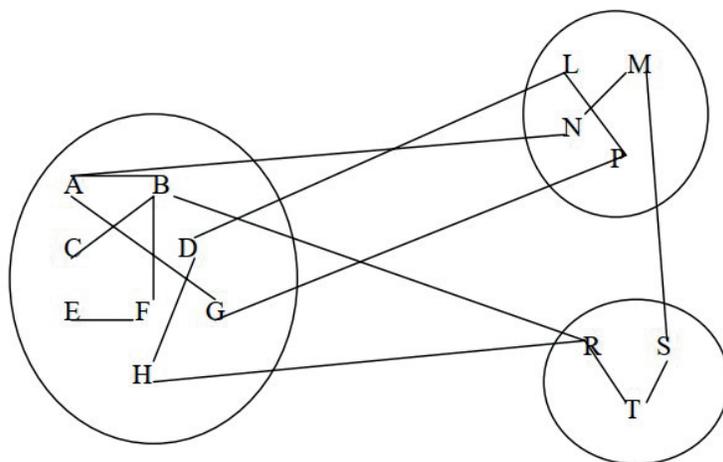
Ademais, conforme complementado por Nunes e Pizzi (2014), o capital social refere-se a uma rede de relações que contribuem para os bens compartilhados em sociedade. As relações recíprocas, a confiança mútua e as redes de parceria entre instituições democráticas e comunidade permitem fortalecer a solidariedade comunitária.

Partindo-se dessa análise, é perceptível que os benefícios do capital social advêm de duas formas distintas, mas integradas. Os laços sociais criados em uma mesma rede de relacionamento são, via de regra, mais intensos e geram benefícios a partir das relações entre seus indivíduos diretamente. Esses benefícios diretos são conhecidos como capital social de vínculo, ou *bonding*, identificando as conexões mais próximas entre indivíduos com características comuns entre si; por exemplo, mesma família, mesmo grupo étnico, culto religioso comum etc. De forma complementar, os laços existentes entre redes de relacionamento diferentes identificam interações mais distantes e mais fracas e levam ao que é chamado de capital social de

ponte, ou *bridging* (Andriani e Karyampas, 2009). A figura 1 descreve três círculos diferentes, que representam, cada um, uma rede de relacionamento distinta com membros diferentes pertencentes a cada círculo.

Na figura 1, as linhas identificam as conexões existentes entre dois ou mais membros, que podem interagir em seu próprio círculo de relacionamentos ou fora deste. As conexões entre dois membros pertencentes ao mesmo círculo – por exemplo, CB, LP ou TS – representam conexões *bonding*, enquanto conexões entre dois ou mais círculos de relacionamento diferentes – a exemplo de RB, RH ou AN – indicam conexões do tipo *bridging*.

FIGURA 1
Conexões *bridging* e *bonding* entre redes de relacionamento



Fonte: Andriani e Karyampas (2009).

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No escopo da teoria econômica, Becker (1974) estabelece os pressupostos iniciais de uma teoria que permite analisar as interações entre os indivíduos e os comportamentos subjacentes promovidos pelo meio social em que convivem. Em seu artigo seminal, o autor sistematiza o conceito de *renda social* – definida como a soma da renda própria de uma pessoa e o valor monetário para ela das características relevantes dos outros indivíduos de seu meio social – e analisa os efeitos sobre esses gastos de mudanças em variadas fontes de renda e em diferentes preços. Entre suas principais contribuições, está uma abordagem abrangente acerca do comportamento da família como um agente econômico independente, que maximiza sua renda social e promove impactos diretos na mobilidade intergeracional dos indivíduos.

Complementarmente, Becker (1996) argumenta que as decisões e as preferências dos indivíduos têm relação intrínseca com seu capital social e pouco se relacionam com suas necessidades básicas. As decisões de consumo passadas, assim como as demais experiências pessoais adquiridas, são preservadas pelo indivíduo no que o autor chamou de função de utilidade expandida, na qual ocorre a interligação de suas preferências passadas e presentes, evidenciando que o conjunto das interações sociais das pessoas é fator fundamental para as decisões de consumo. Manski (2000) enfatiza que grande parte dos trabalhos da chamada economia social tem estudado a família como entidade maximizadora de utilidade única, com foco nas interações que ocorrem entre os membros dessa entidade. Por sua vez, há desenvolvimentos contemporâneos que lançam mão da teoria dos jogos não cooperativos para modelar famílias e agregados familiares, como grupos cujos membros podem ter objetivos diferentes (Becker, 1996; Manski, 2000).

Akerlof e Kranton (2000) propõem um modelo econômico de comportamento que incorpora o senso de identidade de uma pessoa e analisam como a identidade pode afetar as interações individuais e os resultados econômicos. Os autores concluem que a identidade tem efeito sobre o comportamento econômico por meio de quatro formas diferentes: modificando as recompensas de nossas próprias ações; alterando as recompensas das ações das outras pessoas; escolhendo diferentes identidades; e, por meio de alterações nas categorias sociais e condições comportamentais, afetando as preferências baseadas na identidade.

Apesar de não haver ampla evidência empírica sobre a conexão entre capital social e rendimentos do trabalho, a literatura especializada vem se debruçando cada vez mais na compreensão dessa relação. Borghans, Weel e Weinberg (2005) mostram que as interações interpessoais são importantes determinantes dos resultados do mercado de trabalho e apresentam indícios de que o aumento da importância dessas interações, entre o final dos anos 1970 e o início da década de 1990, ajuda a explicar os motivos de os salários femininos elevarem-se mais rapidamente no período.

Hermann e Kopasz (2011) analisam o efeito do capital social individual sobre a renda salarial de forma agregada em diversos países europeus e apresentam evidências de associação positiva entre capital social e rendimentos, tanto para a amostra conjunta quanto para a maioria dos países individualmente. Por sua vez, Collischon e Eberl (2021) demonstram que a quantidade de indivíduos homens entre amigos mais próximos influencia o estoque de capital social e a manutenção das diferenças salariais entre homens e mulheres no Reino Unido. Harb e Rouhana (2020) também demonstram que o estoque de capital social tem impacto significativo sobre os rendimentos dos trabalhadores libaneses, além de corroborar com evidências empíricas o fenômeno conhecido por “teto de vidro”, descrito por Bertrand (2018).

No Brasil, a literatura empírica acerca dos efeitos do capital social ainda é escassa e predominantemente relacionada a aspectos institucionais. Trabalhos como os de Bilert *et al.* (2011) e Duque (2013) relacionam o estoque de capital social acumulado pela sociedade com aspectos do desenvolvimento sustentável. Por sua vez, Silva (2001) e Arraes (2002) mostram que condições institucionais, como corrupção, nível de liberdades civis e infraestrutura associativa, estão intimamente ligadas ao desempenho econômico. Ribeiro e Araújo (2018) analisam o impacto do capital social na renda e na redução da pobreza no Brasil e encontram evidências de que quanto menor a escala de renda, maior o impacto do capital social na geração de renda e, conseqüentemente, na redução da pobreza da sociedade. Buss e Pellegrini Filho (2007) e Vieira, Ribeiro e Zeller (2012) relacionam o estoque de capital social nacional a aspectos ligados a saúde coletiva e taxas de mortalidade.

Diante do contexto da falta de meios de mensuração direta do capital social e, mais especificamente, da relação deste com a composição salarial, a abordagem tratada neste trabalho visa identificar as conseqüências diretamente relacionadas às questões de composição de rendimentos e das diferenças salariais entre os sexos. A expectativa é que o capital social, por meio de suas redes de laços e confiança comunitária, reduza as diferenças salariais existentes entre homens e mulheres, precipuamente se considerarmos o desenvolvimento e o aumento da influência feminina em todos os tecidos sociais a partir da segunda metade do século XX.

A suposição de preponderância feminina acerca dos efeitos positivos do capital social pode ser construída e embasada em diversos estudos. Em uma visão conservadora, Coleman (1990) e Putnam (2000) defendem que as famílias são exemplos inatos de capital social, relacionando a família dita tradicional e nuclear com altos níveis de confiança social e engajamento cívico. Molyneux (2002) enfatiza que as mulheres são figuras centrais da formação de capital social e que governos estão ansiosos para mobilizar esse estoque de capital social para a construção de programas de redução da pobreza e desenvolvimento comunitário.

Para Bilac (2006), as mulheres são as principais encarregadas do trabalho de produção e acumulação do capital social por intermédio da construção e do fortalecimento das redes de engajamento, sejam familiares, sejam de amizades recíprocas, naturalmente baseadas no trabalho emotivo ou afetivo, próprio da essencialidade feminina. A autora também argumenta que a mobilização das redes de engajamentos e relacionamentos, operadas prioritariamente por mulheres, desempenha importante suporte econômico e social para a sobrevivência das famílias, sobretudo na América Latina.

No âmbito empresarial, Sappleton (2009) mostra que, quando o capital social é medido em termos de confiança, envolvimento comunitário e redes sociais construídas nas corporações, mulheres que administram essas empresas em

setores tradicionalmente femininos têm maior acúmulo de capital social. Isso evidencia contraste com aqueles indivíduos que trabalham em setores tradicionalmente masculinos.

Essencialmente, as mulheres são relacionadas a maiores habilidades de sociabilidade e, por isso, a uma maior capacidade de construir e manter laços sociais mais abrangentes. Nesse sentido, Kaztman (1999) defende que as mulheres são mais presentes em redes de fortes laços sociais, cuja estrutura de socialização requer relacionamentos mais densos e mais homogêneos, como em redes de parentesco e vizinhança. Figueiró *et al.* (2010), em estudo com universitários brasileiros, também encontram evidências de forte capacidade de sociabilidade das mulheres quando comparadas aos homens. Em síntese, a capacidade e habilidade femininas em desenvolver redes de relacionamento estruturalmente mais fortes e abrangentes creditam às mulheres, por hipótese, a preponderância dos efeitos positivos do capital social sobre os rendimentos do trabalho.

3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Este estudo se propõe a identificar variáveis empíricas representativas para o capital social no nível do indivíduo, ao verificar a influência de tais medidas sobre a composição dos salários e a consequente diferença salarial por sexo em diferentes extratos salariais. A hipótese fundamental defendida reside no fato de que o capital social reduz as diferenças salariais de gênero, além de ser fator relevante para a melhoria na composição dos salários das mulheres em diferentes faixas de renda do trabalho.

3.1 Base de dados e tratamentos das variáveis

O banco de dados utilizado neste estudo é a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2013 em parceria formada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o IBGE. A justificativa para a utilização da PNS reside no fato de que, além de produzir dados em âmbito nacional sobre a situação da saúde, a pesquisa se propôs a levantar informações acerca dos estilos de vida da população brasileira. O questionário aplicado apresenta informações sobre aspectos da vida do indivíduo com a família e os amigos, bem como algumas atividades em grupo, além de identificar a frequência na qual o indivíduo participa das atividades relacionadas.

A PNS é composta por três questionários. Dois são respondidos por um residente do domicílio e observam questões sobre as características particulares daquele domicílio, bem como da situação socioeconômica e de saúde de todos os residentes. O terceiro questionário individual é obrigatoriamente respondido por um residente que tenha idade igual ou superior a 18 anos, selecionado entre os

adultos residentes no domicílio, e contempla informações acerca de morbidade e estilos de vida dos residentes naquele domicílio (Brasil, 2020).

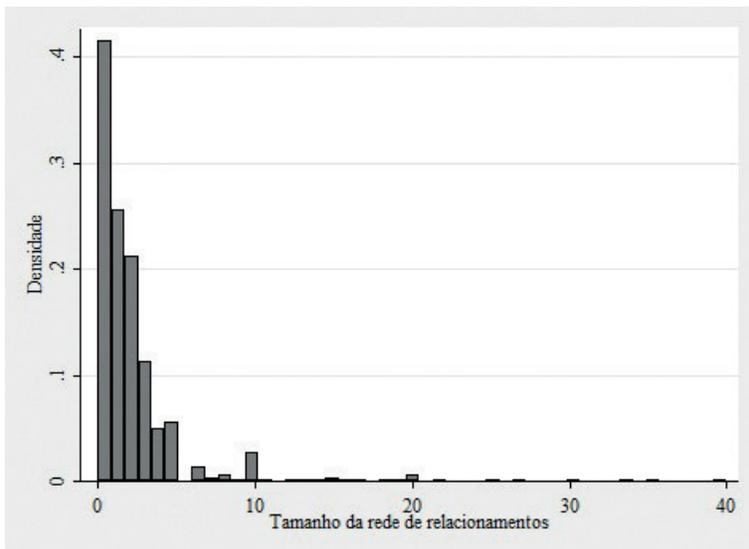
A amostra total da PNS corresponde a 205.546 indivíduos. Contudo, quando utilizado apenas o plano amostral de moradores com 18 anos ou mais de idade, os quais responderam aos módulos extras do questionário, a base de dados é reduzida para 64.653 indivíduos. Por fim, para evitar problemas com viés de seletividade em relação àqueles indivíduos que não possuem rendimento, são excluídos todos os indivíduos que informaram não ter renda monetária do trabalho na pesquisa, além daqueles que não tenham respondido à informação sobre jornada de trabalho semanal, levando a base de dados a 38.398 pessoas.

A variável dependente é o logaritmo do salário ajustado pelas horas trabalhadas ($\log w/h$), construída a partir das informações sobre rendimento mensal e horas efetivamente trabalhadas obtidas da base de dados da PNS. A fim de reduzir significativamente o desvio-padrão da *proxy* de rendimento, o salário por hora trabalhada considera como valor mínimo o equivalente à remuneração por hora relacionada ao salário-mínimo de 2013 (ano de realização da pesquisa) e é limitado a R\$ 150,00, o que corresponde a aproximadamente 99% da amostra. Considerando-se o escopo desse trabalho, o qual parte da suposição de que os laços de relacionamento entre os indivíduos reduzem as diferenças salariais entre homens e mulheres, foi definida como variável de interesse a existência de rede de relacionamento (amigos) por parte do indivíduo, denominada de *capital_social*. Também são definidas duas variáveis para fins de utilização nas estimações via regressões por variáveis instrumentais, *cs_esp* e *cs_relig*, definidas conforme o quadro 1.

A construção da variável *capital_social* foi realizada a partir das repostas da pergunta M15 do questionário da PNS 2013. Os indivíduos responderam à questão “com quantos amigos o(a) sr(a) se sente à vontade e pode falar sobre quase tudo (sem considerar os familiares ou parentes)?”, na qual foram consideradas as repostas com valores superiores a um como positivas para a existência de rede de relacionamentos pelo indivíduo. O gráfico 1 apresenta o histograma de frequências das repostas sobre a quantidade de amigos concernentes à pergunta M15.

No gráfico 1, é possível perceber que as redes de relacionamentos são constituídas, em sua imensa maioria, por até seis amigos, sendo essa frequência correspondente a 95% do tamanho da amostra, aproximadamente. Considerando-se que as repostas ao questionário estruturado não trazem nenhuma indicação sobre a intensidade das amizades, sendo esta, conforme sugerem Souza e Hutz (2008) e Schlösser (2020), de caráter fortemente abstrato e emocional, a incidência de rede de relacionamentos é atribuída admitindo-se que o indivíduo possua laços de amizades declarados, independentemente da quantidade.

GRÁFICO 1
Distribuição de amigos por indivíduo (2013)



Fonte: Questionário-base da PNS. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/questionarios>. Acesso em: 14 mar. 2020. Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

As variáveis explicativas, por sua vez, são divididas em três grupos. O grupo 1 identifica as variáveis relacionadas às características pessoais, civis e familiares do indivíduo, além de *dummies* para as faixas de escolaridade (analfabeto, escolarizado, fundamental, médio e superior), em que os indivíduos analfabetos são o grupo-base de comparação.

QUADRO 1
Descrições das variáveis

Tipo	Variável	Descrição
dependente	log w/h	Logaritmo do salário ajustado pelas horas trabalhadas.
impacto	capital_social	Estoque de capital social. Assume valor um se o indivíduo possui rede de relacionamentos e zero caso contrário.
	cs_mulher	Variável de interação. Assume valor um se o indivíduo for do sexo feminino e possuir estoque de capital social e zero caso contrário.
instrumento	cs_esp	Frequência em atividades esportivas ou artísticas em grupo. Assume valor um se o indivíduo participou mais de uma vez por semana e zero caso contrário.
	cs_relig	Frequência em que compareceu a atividades religiosas. Assume valor um se o indivíduo participou mais de uma vez por semana e zero caso contrário.

(Continua)

(Continuação)

Tipo	Variável	Descrição
grupo 1	idade	Idade em anos.
	idade2	Idade ao quadrado.
	tempo_emp	Experiência profissional.
	tempo_emp2	Experiência profissional ao quadrado.
	mulher	Assume valor um se o indivíduo for do sexo feminino e zero caso contrário.
	branco	Assume valor um se a pessoa se autodeclara da raça branca e zero caso contrário.
	casado	Assume valor um se o indivíduo for casado e zero caso contrário.
	urbano	Assume valor um se o indivíduo reside na zona urbana e zero caso contrário.
	resp_dom	Assume valor um se o indivíduo é o responsável pelo domicílio e zero caso contrário.
	morad_dom	Quantidade de moradores residentes no domicílio.
	escolaridade	Assume valor um se o indivíduo estiver enquadrado na faixa de escolaridade específica (analfabeto, alfabetizado, fundamental, médio e superior) e zero caso contrário.
grupo 2	doen_cancer	Assume valor um se o indivíduo recebeu diagnóstico de câncer e zero caso contrário.
	doen_coracao	Assume valor um se o indivíduo recebeu diagnóstico de doença do coração e zero caso contrário.
	doen_cronica	Assume valor um se o indivíduo recebeu diagnóstico de doença crônica e zero caso contrário.
	viol_conh	Assume valor um se o indivíduo sofreu violência por pessoa conhecida e zero caso contrário.
	viol_desconh	Assume valor um se o indivíduo sofreu violência por pessoa desconhecida e zero caso contrário.
grupo 3	macroregiões	Assume valor um se o indivíduo é residente em uma macrorregião específica (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) e zero caso contrário.

Fonte: Questionário-base da PNS. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/questionarios>. Acesso em: 14 mar. 2020. Elaboração dos autores.

O grupo 2 reúne as variáveis relacionadas à ocorrência de diagnóstico de doenças e à violência sofrida pelos indivíduos. Tais variáveis visam identificar o risco à saúde dos indivíduos e sua influência na composição dos rendimentos. O grupo 3 inclui um conjunto de *dummies* que identificam a macrorregião do país na qual o indivíduo reside, sendo a região Sudeste a variável-base. O quadro 1 descreve as variáveis selecionadas.

No grupo 2, a identificação das variáveis que buscam identificar se o indivíduo sofreu violência mostra-se importante, visto que pesquisas sobre as sequelas na saúde mental e física das mulheres que sofreram violência perpetrada por parceiros sugerem a existência de sequelas em mais de 10% dos casos (Campbell, 2002⁵ *apud*

5. Campbell, J. C. Health consequences of intimate partner violence. *The Lancet*, v. 359, n. 9314, p. 1331-1336, 2002.

Cruz e Irffi, 2019). Todas as estimativas para o grupo 2 possuem expectativas de sinal negativo.

A PNS possui um desenho complexo de amostragem, com probabilidades desiguais de seleção dos indivíduos pesquisados. Dessa forma, para a análise dos dados da PNS e a posterior extrapolação dos dados amostrais para a população, são aplicados fatores de expansão ou pesos amostrais dos domicílios e de todos os seus moradores, assim como do morador escolhido para responder à terceira parte do questionário, com o objetivo de calibrar os dados, de forma a buscar a consistência das estimativas com os totais conhecidos (Szwarcwald *et al.*, 2014).

A tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas da amostra da PNS e da expansão para a população.

TABELA 1
Análise descritiva das variáveis (2013)

Variáveis	Amostra				Amostra expandida	
	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Média	Erro-padrão
capital_social	0,6961	0,4599	0	1	0,6861	0,0045
cs_esp	0,1166	0,3209	0	1	0,1187	0,0032
cs_relig	0,1462	0,3533	0	1	0,1407	0,0033
cs_mulher	0,3201	0,4665	0	1	0,2967	0,0040
sal_hora	10,3879	13,8622	0,7179	150	10,2232	0,1405
idade	39,0038	12,2879	18	75	38,5714	0,1100
tempo_emp	8,6103	9,9333	0,0833	50	8,5560	0,0931
mulher	0,4542	0,4979	0	1	0,4249	0,0041
branco	0,4033	0,4906	0	1	0,4862	0,0048
casado	0,3955	0,890	0	1	0,4462	0,0047
urbano	0,8499	0,3572	0	1	0,8882	0,0031
resp_dom	0,6020	0,4895	0	1	0,5190	0,0048
morad_dom	3,2019	1,5672	1	16	3,5321	0,0168
analfabeto	0,0993	0,2991	0	1	0,0828	0,0024
alfabetizado	0,2068	0,4050	0	1	0,2094	0,0040
fundamental	0,1556	0,3625	0	1	0,1594	0,0035
medio	0,3687	0,4825	0	1	0,3818	0,0047
Superior	0,1695	0,3742	0	1	0,1666	0,0039
doen_cancer	0,0089	0,0941	0	1	0,0092	0,0008
doen_coracao	0,0205	0,1419	0	1	0,0261	0,0017
doen_cronica	0,3255	0,4686	0	1	0,3642	0,0045
viol_conh	0,0272	0,1627	0	1	0,0250	0,0013
viol_desconh	0,0379	0,1909	0	1	0,0385	0,0019

(Continua)

(Continuação)

Variáveis	Amostra				Amostra expandida	
	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Média	Erro-padrão
Norte	0,2165	0,4119	0	1	0,0722	0,0012
nordeste	0,2748	0,4464	0	1	0,2404	0,0034
sul	0,1288	0,3250	0	1	0,1601	0,0027
sudeste	0,2418	0,4282	0	1	0,4463	0,0043
centrooeste	0,1381	0,3450	0	1	0,0810	0,0014

Fonte: PNS 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/29540-2013-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=9177&t=microdados>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Elaboração dos autores.

3.2 Modelos empíricos e métodos de estimação

As diferenças entre os rendimentos auferidos por homens e mulheres é um assunto amplamente discutido desde a revolução feminista, observada a partir do final dos anos 1960. A hipótese neoclássica de que a oferta e a demanda por mão de obra determinavam os salários no mercado de trabalho não mais respondia ao fato de que os trabalhadores, ao possuírem níveis diferenciados de capital humano, eram remunerados de forma desigual.

Assim, Shultz (1961) e Becker (1962), ao constatarem que a mão de obra era heterogênea no mercado de trabalho e que isso se relacionava fortemente com a determinação dos salários, sintetizaram suas premissas acerca dos determinantes dos salários na chamada teoria do capital humano. Elas partem do princípio de que a educação e a experiência profissional dos indivíduos no mercado de trabalho possuem um efeito positivo em sua renda, supondo que, à medida que o volume de capital humano se eleve, a produtividade também crescerá, aumentando os rendimentos do trabalho.

Nesse interim, o trabalho lança mão de estratégia empírica com diferentes aplicações econométricas, não necessariamente concorrentes entre si, com o objetivo único de testar a hipótese básica formulada. Os modelos utilizados levam em consideração a decomposição dos efeitos do capital social por sexo, assim como a desagregação por grupo de sexo. Também admitem possíveis efeitos gerados pela endogeneidade entre as variáveis da especificação.

Mincer (1974) ampliou os estudos de Schultz (1961) e Becker (1962) sobre a influência do capital humano para a composição salarial dos indivíduos e desenvolveu uma abordagem em que é possível estimar os retornos marginais do investimento em capital humano sobre os rendimentos dos trabalhadores. A equação de salários minceriana pode ser representada formalmente da seguinte forma:

$$\ln w_{ki} = X'_{ki} \beta_k + \varepsilon_{ki}, \quad (1)$$

em que $\ln w$ é o logaritmo da renda ajustada pelas horas de trabalho, X' são vetores de características observáveis de cada i indivíduos, relacionadas ao seu capital humano, além de características de controle, e ε é o termo de erro estocástico.

Inicialmente, são obtidas as estimativas com mínimos quadrados ordinários (MQO). Contudo, a utilização de MQO não permite dizer qual parcela da diferença dos rendimentos se deve a características individuais presentes entre homens e mulheres. Assim, faz-se necessária uma metodologia que identifique os componentes dos movimentos dos diferenciais ao longo da curva de rendimento. O método de decomposição de diferenciais por meio de uma análise contrafactual foi proposto por Oaxaca (1973) e desenvolvido por Blinder (1973), ficando conhecido na literatura como método de Oaxaca-Blinder (O-B) de decomposição de rendimentos.

Esse método de decomposição divide o diferencial de salários entre dois grupos, sendo uma parte explicada pelas características de produtividade relacionadas ao capital humano e outra parte residual, não explicada pelas diferenças de produtividade. A parte não explicada é não apenas comumente utilizada como uma medida de discriminação, mas também se refere às diferenças de elementos não observados pela estimação. Assim, a diferença de rendimentos entre sexos pode ser determinada como a diferença entre as equações estimadas por sexo, de forma que:

$$\Delta w = \ln \bar{w}_m - \ln \bar{w}_f = \bar{X}'_m \hat{\beta}_m - \bar{X}'_f \hat{\beta}_f, \quad (2)$$

em que m se refere às características dos homens e f faz referência às características femininas. Multiplicando-se, rearranjando-se e isolando-se os termos de (2), obtém-se:

$$\Delta w = (\bar{X}_m - \bar{X}_f)' \hat{\beta}_f + \bar{X}'_f (\hat{\beta}_m - \hat{\beta}_f) + (\bar{X}_m - \bar{X}_f)' (\hat{\beta}_m - \hat{\beta}_f). \quad (3)$$

A equação (3) é a decomposição salarial de Oaxaca-Blinder. Com a expressão definida por (3), é possível identificar a parcela do *gap* salarial que é explicado pelas diferenças nos atributos produtivos e a outra parcela, a qual não é relacionada à produtividade dos trabalhadores.

Entretanto, a estimação de coeficientes pela média obtida partir da decomposição de Oaxaca-Blinder pode esconder características importantes do comportamento dos salários dos indivíduos. Dessa forma, a regressão por quantis surge como alternativa para a estimação dos retornos educacionais ao longo da curva de distribuição dos salários, com a característica adicional de produzir estimativas mais robustas com relação a valores extremos, se comparadas àquelas obtidas em regressões à média.

O método de decomposição para além da média que mais se aproxima dos objetivos da metodologia original de Oaxaca-Blinder é o desenvolvido por Firpo,

Fortin e Lemieux (2009) e aplicado em Firpo, Fortin e Lemieux (2011), e permite a realização de uma decomposição que computa o efeito individual de cada covariada na distribuição incondicional (Santos e Hermeto, 2019).

O método é baseado na abordagem da função de influência recentrada (RIF – em inglês, *recentered influence function*). A função de influência (IF – em inglês, *influence function*) de determinada estatística ($\nu(F_Y)$) representa a influência de observação individual sobre aquela distribuição e é um método bastante empregado para estimações robustas, utilizado sempre que a IF for definida para a estatística de interesse. Conforme definido por Firpo, Fortin e Lemieux (2009) e melhor formalizada por Silva e França (2016), a RIF é dada por:

$$RIF(y, F_Y) = \nu(F_Y) + IF(y, F_Y). \quad (4)$$

Tal que o valor esperado da $RIF(y, F_Y)$ é:

$$E[RIF(y, F_Y)] = \int RIF(y, F_Y) dF_Y(y) = \nu(F_Y). \quad (5)$$

A equação (5) indica que qualquer estatística de interesse $\nu(F_Y)$ pode ser expressa em termos de um valor esperado. Considerando-se que a variável Y é observada na presença de um conjunto de covariadas arranjadas em um vetor X , pode-se assumir que Y e X são conjuntamente distribuídas de acordo com $F_{Y,X}(y, x)$ e que a função de distribuição de Y condicionada em X é dada por $F_{Y|X}(y | X = x)$. Empregando-se a lei de expectativas iteradas para expressar $\nu(F_Y)$ em termos da expectativa condicional da $RIF(y; \nu, F_Y)$, dado X , sobre a função de distribuição incondicional (marginal) de Y , obtém-se:

$$\nu(F_Y) = \int RIF(y, F_Y) dF_Y(y) = \int E[RIF(y, F_Y) | X = x] dF_X(x). \quad (6)$$

Segundo Silva e França (2016), a expressão (6) apresenta uma propriedade essencial na abordagem de quantis incondicionais, provendo uma forma simples de escrever qualquer funcional $\nu(F_Y)$ em termos do valor esperado da $RIF(y, F_Y)$. Em suma, a regressão RIF propõe a linearização da distribuição marginal das variáveis; isso torna possível atender à lei das expectativas iteradas e realizar a decomposição salarial seguindo a mesma lógica do método de Oaxaca-Blinder.

Cabe destacar que, para obter quaisquer diferenças lineares e não lineares na distribuição conjunta entre esses grupos, Firpo, Fortin e Lemieux (2018) descrevem o uso de regressões RIF em combinação com uma estratégia ponderada, conforme DiNardo, Fortin e Lemieux (1996), como uma metodologia viável para decompor diferenças nas estatísticas de distribuição além da média. Esse método é chamado de *decomposição RIF* e possui três grandes vantagens: a simplicidade de sua implementação; a possibilidade de obter contribuições detalhadas de

covariáveis individuais na decomposição agregada; e a possibilidade de expandir a análise para qualquer estatística para a qual uma RIF possa ser definida.

Conforme Rios-Avila (2020), dado que exista uma função de distribuição conjunta que descreva todos os relacionamentos entre a variável dependente Y , as características exógenas X e a variável categórica T que identifica a associação ao grupo da população ($f_{Y,X,T}$), a distribuição cumulativa de Y dado T pode ser escrita como

$$F_{Y|T=k} = \int F_{Y|X,T=k} dF_{X|T=k}. \quad (7)$$

Dessa forma, para analisar as diferenças entre dois grupos, a distribuição condicional cumulativa de Y pode ser usada para calcular a diferença na estatística distributiva ν :

$$\Delta\nu = \nu\left(\int F_{Y|X,T=1} dF_{X|T=1}\right) - \nu\left(\int F_{Y|X,T=0} dF_{X|T=0}\right), \quad (8)$$

em que $T=0,1$ são os grupos de análise. A equação (8) mostra que as diferenças nas estatísticas de interesse $\Delta\nu$ surgirão devido a diferenças na distribuição de X ($dF_{X|T=1} \neq dF_{X|T=0}$), ou em razão de diferenças nas relações entre Y e X ($dF_{Y|X,T=1} \neq dF_{Y|X,T=0}$).

Para identificar quão importantes são as diferenças nas características (efeito de composição) e as diferenças nos coeficientes (efeito da estrutura salarial) para explicar a diferença geral na estatística distributiva ν , é necessário criar um cenário contrafactual. Como mostra Rios-Avila (2020), a estatística contrafactual ν_c pode ser definida da seguinte maneira:

$$\nu_c = \nu(F_Y^c) = \nu\left(\int F_{Y|X,T=0} dF_{X|T=1}\right). \quad (9)$$

Usando-se esse contrafactual, a diferença na estatística de distribuição ν pode ser desagregada em dois componentes:

$$\begin{aligned} \Delta\nu &= \Delta\nu_S + \Delta\nu_X \\ \Delta\nu &= \nu_1 - \nu_c + \nu_c - \nu_0, \end{aligned} \quad (10)$$

em que $\Delta\nu_X$ reflete a diferença atribuída às diferenças nas características e $\Delta\nu_S$ corresponde às diferenças atribuídas às relações entre Y e X (efeito da estrutura). Dessa forma, regressões RIF distintas podem ser estimadas para cada grupo, com o objetivo de que a estatística contrafactual possa ser identificada da seguinte forma:

$$\nu_1 = E\left[RIF\left\{y, \nu(F_{Y|T=1})\right\}\right] = \bar{X}' \hat{\beta}^1$$

$$\begin{aligned} v_0 &= E\left[RIF\{y, v(F_{y|T=0})\}\right] = \bar{X}' \hat{\beta}^0 \\ v_c &= \bar{X}' \hat{\beta}^0. \end{aligned} \tag{11}$$

A expressão (11) corresponde à decomposição de Oaxaca-Blinder padrão, em que

$$\Delta v_x = (\bar{X}^1 - \bar{X}^0)' \beta^0 \text{ e } \Delta v_s = \bar{X}' (\hat{\beta}^1 - \hat{\beta}^0). \tag{12}$$

É necessário considerar, também, uma possível relação de simultaneidade existente entre o capital social e os salários dos indivíduos. Ou seja, a possibilidade de existência de endogeneidade entre as variáveis escolhidas para representação do capital social com as demais variáveis de análise. Assim, dada a possibilidade de presença de endogeneidade na especificação, as estimações são realizadas utilizando-se o método de regressão por variáveis instrumentais (IV, na sigla em inglês), com vistas ao controle de prováveis efeitos não observáveis.

De acordo com Wooldridge (2016), para obter estimadores consistentes dos β 's em (1) quando for imperativa a correção dos efeitos da endogeneidade, é necessário definir uma nova variável z que seja observável e que satisfaça às seguintes condições: i) z não seja correlacionada com ε – isto é, $Cov(z, \varepsilon) = 0$; e ii) z seja correlacionada com x de interesse, $Cov(z, x) \neq 0$. Atendidas essas condições, a variável z é uma variável instrumental de x , ou simplesmente um instrumento para x , definidos conforme descrito no quadro 1.

As especificações dos modelos empíricos adaptam o disposto em Shultz (1961), Becker (1962), Oaxaca (1973), Blinder (1973), Mincer (1974), Firpo, Fortin e Lemieux (2009), Moraes Filho (2011), Madalozzo, Martins e Lico (2015), Santos e Hermeto (2019) e Cruz e Irffi (2019). A fim de verificar se os resultados obtidos com as estimativas a partir da amostra reverberam para a população, são estimados, a partir do plano amostral expandido, os modelos com os métodos MQO e IV, utilizando-se as mesmas especificações já definidas anteriormente. Os demais métodos econométricos aplicados para a amostra (decomposição de Oaxaca-Blinder, RIF e decomposição RIF) não são estimados para a expansão da população em decorrência da falta de adequação metodológica para a amostra expandida.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo central deste trabalho é pôr em teste a hipótese de que o capital social reduz as diferenças salariais entre homens e mulheres, na medida em que é fator relevante para a melhoria na composição dos salários em geral, mas com efeito preponderante sobre os rendimentos das mulheres. Os modelos utilizados levam em consideração a decomposição dos efeitos do capital social por sexo, assim

como a desagregação para homens e mulheres separadamente, para os indivíduos maiores de 18 anos.

A tabela 2 traz as estimativas da equação minceriana (resultados robustos com MQO), e a tabela 3 apresenta os resultados obtidos com variáveis instrumentais. A tabela 4 traz os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder com estimativas na média. Por sua vez, a tabela 5 apresenta os resultados para as regressões quantílicas incondicionais, enquanto a tabela 6 traz as estimativas obtidas com a decomposição RIF por intermédio da metodologia de Oaxaca-Blinder.

Os resultados relacionados aos modelos de 1 a 4 na tabela 2⁶ são aqueles que consideram apenas uma equação na análise com especificação distinta, enquanto os modelos 5 e 6 apresentam os resultados para as estimações feitas para cada sexo, sendo o modelo 5 relativo aos homens e o modelo 6, às mulheres. Considerando-se apenas uma única equação, o *gap* salarial calculado sem o efeito do capital social é 21,28% (modelo 1). Quando o capital social é incluído na equação (modelo 2), o *gap* praticamente mantém-se no mesmo percentual e o impacto médio do capital social na variável dependente é 4,61%. Quando o capital social é mensurado pela variável interada *cs_mulher* (modelo 3), que representa o estoque de capital social das mulheres (resultado do produto entre *mulher* e *capital_social*), o impacto de ser mulher com estoque de capital social na variável dependente é de 4,54%; porém, o *gap* “direto” eleva-se para 24,37%.

TABELA 2
Impactos do capital social sobre os salários: estimativas com MQO (2013)

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
mulher	-0,2128*** (0,0075)	-0,2132*** (0,0075)	-0,2437*** (0,0109)	-0,2134*** (0,0128)	-	-
capital_social	-	0,0461*** (0,0078)	-	0,0460*** (0,0104)	0,0455*** (0,0104)	0,0528*** (0,0116)
cs_mulher	-	-	0,0454*** (0,0115)	0,0003 (0,0153)	-	-
R ²	0,4035	0,4041	0,4038	0,4041	0,4140	0,3944
Obs.	35.032	35.032	35.032	35.032	18.751	16.281

Fonte: Com base nos resultados das estimações.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Erros-padrão robustos das estimativas entre parênteses.

2. Significância: *** = 1%; ** = 5%; * = 10%.

Quando são incluídas as três variáveis de interesse na equação (modelo 4), o *gap* mantém-se praticamente o mesmo que o obtido no modelo 1, e o impacto do capital social continua positivo, na mesma magnitude e significante; porém, a

6. As estimativas completas podem ser obtidas com os autores.

variável interada não se mostra significativa. Na estimação de equações por grupo, o capital social revela-se significativo para ambos os sexos, com impacto superior nos salários das mulheres (5,28%) em relação aos dos homens (4,55%).

Os resultados indicam que, em todas as especificações estimadas com MQO, o capital social provoca um efeito de melhoria na composição salarial, e os modelos 3 e 6 sugerem que as mulheres possuem vantagem relativa nessa melhoria. Assim, o resultado relacionado ao impacto do capital social sobre os rendimentos é significativo e positivo para os salários médios, quando considerados ambos os sexos.

É necessário considerar, também, a dubiedade existente não somente no fato de que as diferenças salariais podem ser menores devido ao capital social, como também de que um salário maior das mulheres (diferença salarial menor) induz o resultado de melhoria salarial obtido com o uso do capital social. Ou seja, existe a possibilidade de o capital social ser correlacionado com o termo de erro da equação de salários. Nessa situação, dada uma possível relação de simultaneidade existente entre o capital social e os salários dos indivíduos, surge a possibilidade de existência de endogeneidade entre as variáveis escolhidas para representação da ligação entre o capital social e a composição dos salários.

Portanto, dada a possibilidade de haver uma relação endógena, e considerando-se a necessidade de tratamento dessa endogeneidade entre as variáveis de interesse, são utilizados dois instrumentos, conforme definido no quadro 1. Os instrumentos são construídos partindo-se do pressuposto de que os amigos descritos na *proxy* de capital social estão inseridos nas redes de relacionamento construídas nas atividades esportivas artísticas e religiosas, mas que essas amizades não possuem relação direta com a composição salarial dos indivíduos da amostra.

A tabela 3 resume os resultados com utilização de variáveis instrumentais. O método generalizado dos momentos em duas etapas (GMM2S, na sigla em inglês) foi utilizado para gerar estimativas eficientes dos coeficientes, bem como estimativas consistentes dos erros-padrão. O modelo 1 considera o total de observações da amostra utilizada. Por sua vez, os modelos 2 e 3 são relativos às estimativas por sexo, homens e mulheres, respectivamente. Os resultados obtidos para a variável de interesse mostram-se estatisticamente significantes em todos os modelos estimados. Os testes de subidentificação e validade dos instrumentos utilizados também se revelam satisfatórios, exceto o teste de Hansen para o modelo 2, o que não invalida o resultado, visto que o importante para essa análise são as comparações por grupo.

A magnitude dos resultados difere bastante das obtidas com MQO, provavelmente devido à utilização do conjunto de instrumentos. Para os homens, a existência de capital social provoca um aumento de 140% nos seus salários. Por sua

vez, para a amostra das mulheres, os resultados indicam que seus salários aumentam, aproximadamente, 196% devido ao estoque de capital social. Nesse sentido, para as mulheres, o impacto do capital social sobre a composição dos seus salários é de aproximadamente 56 pontos percentuais (p.p.) a mais em relação aos homens.

Os resultados da tabela 3 sugerem duas coisas distintas: a primeira é que o capital social realmente promove a melhoria na composição dos salários, independentemente do sexo do indivíduo; e a segunda, que o impacto dessa melhoria é evidentemente superior para as mulheres.

Em relação aos impactos causados pelas condições de saúde dos indivíduos sobre a composição dos seus salários, as estimativas com MQO sugerem que o fato de possuir diagnóstico positivo de doenças crônicas e do coração provoca redução salarial, sobretudo nos salários femininos.

TABELA 3
Impactos do capital social sobre os salários: estimativas com IV (2013)

Especificações	capital_social	Teste de subidentificação	Teste de validade dos instrumentos	Observação
Modelo 1 (amostra total)	2,2314*** (0,3739)	52,496 (0,0000)	3,452 (0,0632)	35.032
Modelo 2 (homens)	1,4063*** (0,3921)	26,543 (0,0000)	4,321 (0,0376)	18.751
Modelo 3 (mulheres)	1,9562*** (0,4412)	32,263 (0,0000)	0,763 (0,3824)	16.281

Fonte: Com base nos resultados das estimações.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Erro-padrão das estimativas e *p-values* dos testes entre parênteses.

2. Significância: *** = 1%; ** = 5%; * = 10%.

Por sua vez, a violência ocasionada por pessoa conhecida impacta negativamente os salários das mulheres, enquanto os salários masculinos parecem sofrer impactos relativamente maiores quando a violência é provocada por pessoa desconhecida.

Nas estimativas com variáveis instrumentais, percebeu-se que, enquanto os diagnósticos positivos das doenças analisadas passaram a não ser significativos, a violência causada por pessoa conhecida é fator relevante para a redução dos salários para ambos os sexos.

Mensurar diretamente o capital social pode ser algo de difícil execução. Assim sendo, dada a assunção de sua existência e, portanto, a consequente influência que exerce nas relações sociais entre grupos e indivíduos, sua identificação pode ocorrer a partir da constatação dos efeitos que sua ocorrência causa nos agentes envolvidos.

Dessa forma, os efeitos do capital social na decomposição de Oaxaca-Blinder são mensurados de duas formas: direta e indiretamente. A decomposição medida pelo impacto indireto compara dois grupos, homens e mulheres, e consiste em estimar as diferenças salariais tendo *mulher* como variável de separação de grupos e obter os resultados para três grupos específicos: especificação padrão; especificação que considera somente aquelas pessoas que não têm capital social (*capital_social* = 0); e especificação para aquelas pessoas que possuem estoque de capital social (*capital_social* = 1).

Por sua vez, o impacto direto do capital social sobre os salários estima a decomposição comparando mulheres com estoque de capital social e os demais indivíduos da amostra, independentemente do sexo. Consiste em substituir a variável de separação de grupos pela variável interada *cs_mulher*, o que significa que haverá um grupo em que estarão todas as mulheres que possuem estoque de capital social e outro grupo com os demais indivíduos. A tabela 4 apresenta os resultados obtidos para essas condições de especificação, com utilização da decomposição de Oaxaca-Blinder.

TABELA 4
Decomposição de Oaxaca-Blinder sobre os salários na média (2013)

Método de estimação (impacto indireto)	Homens	Mulheres	Diferença salarial	Observação
O-B padrão	1,9550*** (0,0063)	1,8493*** (0,0067)	0,1057*** (0,0092)	35.032
O-B para grupo sem capital social (<i>capital_social</i> = 0)	1,8515*** (0,0102)	1,6677*** (0,0111)	0,1838*** (0,0151)	11.455
O-B para grupo com capital social (<i>capital_social</i> = 1)	2,0085*** (0,0080)	1,9314*** (0,0082)	0,0771*** (0,0114)	23.577
Método de estimação (impacto direto)	Outros	<i>cs_mulher</i>	Diferença salarial	Observação
O-B padrão (<i>cs_mulher</i>)	1,8939*** (0,0056)	1,9314*** (0,0082)	- 0,0375*** (0,0099)	35.032

Fonte: Com base nos resultados das estimações.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Erro-padrão das estimativas entre parênteses.

2. Significância: *** = 1%; ** = 5%; * = 10%.

3. A descrição *outros* faz referência a todos os indivíduos da amostra, exceto mulheres com estoque de capital social positivo.

O primeiro ponto a ser observado na tabela 4 é que as estimações que consideram a influência do capital social geram estimativas salariais maiores para ambos os sexos. Considerando-se os resultados a partir do impacto indireto do capital social, é perceptível que a existência de estoque de capital social por parte das mulheres produz um efeito de melhoria na composição salarial feminina. Dessa forma, reduz a diferença salarial em mais de 10 p.p. em relação àquelas mulheres que não possuem tal condição. A variável interada produz uma diferença salarial em favor das mulheres de 0,0375.

Os resultados apontam que há claro impacto positivo do estoque de capital social para as mulheres que o possuem, visto que seu acúmulo melhora a composição salarial das mulheres via impacto indireto e inverte o sentido do hiato salarial em desfavor dos homens, quando medido via impacto direto. Esses resultados sugerem que o acúmulo de estoque de capital social por parte das mulheres possibilita melhor composição salarial, em relação tanto aos homens em geral quanto às mulheres que não o possuem.

A tabela 5 resume os resultados das estimativas no método baseado na abordagem da função de influência recentrada. Os resultados relacionados aos modelos de 1 a 3 são aqueles que consideram especificações distintas e apenas uma equação na análise, enquanto os modelos 4 e 5 apresentam os resultados de mensuração do capital social para as estimações feitas por grupo de sexo. As estimativas foram realizadas para cada quantil pontual selecionado.

O modelo 1, exposto na tabela 5, apresenta os resultados para o hiato salarial entre homens e mulheres para os quantis selecionados ao longo da distribuição de salários, mostrando que menores diferenças salariais ocorrem entre o 20^o e o 30^o quantil. À medida que os salários crescem acima do 40^o quantil, as diferenças de rendimentos elevam-se e ficam sempre superiores a 20%, em desfavor das mulheres.

As estimativas das variáveis de interesse para o modelo 2 da tabela 5 mantêm aproximadamente os mesmos valores para os hiatos salariais vistos no modelo 1 e incluem a medida do impacto do capital social na distribuição dos salários. Os resultados mostram que o capital social provoca um efeito positivo na composição dos salários da amostra entre 2,36% e 7,89%, ao longo da distribuição dos rendimentos, e que a predominância dos maiores efeitos ocorre acima do 40^o quantil.

TABELA 5
Estimativas por quantis incondicionais dos salários para diferentes especificações (2013)

quantil	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4		Modelo 5	
	mulher	R ²	mulher	cap_social	R ²	mulher	cap_social	cs_mulher	R ²	cap_social (homem)	R ²	cap_social (mulher)	R ²
0,10	-0,2460*** (0,0165)	0,1284	-0,2463*** (0,0165)	0,0323* (0,0181)	0,1291	-0,3244*** (0,0312)	-0,0197 (0,0229)	0,1158*** (0,0360)	0,1294	0,0207 (0,0183)	0,1454	0,0608** (0,0294)	0,1265
0,30	-0,1543*** (0,0068)	0,2175	-0,1545*** (0,0068)	0,0236*** (0,0072)	0,2177	-0,1900*** (0,0122)	-0,0001 (0,0093)	0,0526*** (0,0143)	0,2181	0,0219* (0,0114)	0,2314	0,0326*** (0,0095)	0,1804
0,50	-0,2336*** (0,0090)	0,2624	-0,2340*** (0,0090)	0,0442*** (0,0096)	0,2629	-0,2513*** (0,0159)	0,0326*** (0,0127)	0,0257 (0,0188)	0,2629	0,0512*** (0,0125)	0,2722	0,0553*** (0,0137)	0,2613
0,80	-0,2720*** (0,0171)	0,3000	-0,2726*** (0,0171)	0,0789*** (0,0172)	0,3003	-0,1871*** (0,0275)	0,1358*** (0,0236)	-0,1267*** (0,0339)	0,3006	0,0991*** (0,0221)	0,3137	0,0468** (0,0218)	0,3037
0,90	-0,2716*** (0,0211)	0,2207	-0,2721*** (0,0210)	0,0586*** (0,0201)	0,2209	-0,1877*** (0,0313)	0,1147*** (0,0281)	-0,1250*** (0,0400)	0,2211	0,0747*** (0,0281)	0,2595	0,0669** (0,0269)	0,2014
Obs.	35.032			35.032			35.032			18.751		16.281	

Fonte: Com base nos resultados das estimações.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Erro-padrão das estimativas entre parênteses.

2. Significância: *** = 1%; ** = 5%; * = 10%.

Nos resultados do modelo 3, pode-se perceber que o *gap* é consideravelmente maior que nos modelos anteriores para a distribuição de salários abaixo da mediana, chegando a ser superior a 30% em favor dos homens no décimo quantil. Todavia, o resultado mais interessante para essa especificação diz respeito à comparação dos resultados para as variáveis *capital_social* e *cs_mulher*. Até o 40º quantil, não há efeito significativo do capital social se considerados ambos os sexos, entretanto esse impacto é significativo e positivo para a composição salarial das mulheres, chegando a ter impacto de até 11,58% sobre os acréscimos de rendimentos na faixa dos menores salários, perdendo significância após o 40º quantil da distribuição de salários.

Quando considerada a distribuição acima do 70º quantil, há um claro efeito do capital social na composição de rendimentos dos homens em detrimento dos salários femininos, visto que, enquanto o *capital_social* aumenta, o *cs_mulher* mostra reversão dos efeitos do capital social sobre os rendimentos femininos. Tais resultados sugerem que a influência do capital social para a melhoria da composição salarial das mulheres ocorre na parte inferior da distribuição de rendimentos e vai perdendo significância quando a distribuição salarial se aproxima de sua mediana.

Ainda da tabela 5, os modelos 4 e 5 apresentam um resumo das estimativas considerando as equações por sexo. No modelo 4, os resultados sugerem a inexistência de efeito do capital social sobre os salários dos homens para as faixas abaixo do 40º quantil e um impacto positivo e crescente a partir desse ponto da distribuição de rendimentos. Por sua vez, para as mulheres, todas as estimativas se mostram significativas a 5%, com predominância de efeitos superiores aos dos homens até a mediana da distribuição de rendimentos. Assim, corrobora-se a hipótese de que o capital social promove melhorias salariais médias sobre os salários femininos com impacto superior àquelas provocadas nos salários masculinos, predominantemente até o quantil relativo à mediana da distribuição de salários.

Partindo-se das definições dos impactos direto e indireto anteriores, os resultados da implementação da decomposição RIF por intermédio do método de Oaxaca-Blinder são expostos na tabela 6. As estimativas também foram realizadas para cada quantil pontual selecionado.

A primeira observação interessante que pode ser feita a partir dos resultados para os efeitos indiretos na tabela 6 é que os salários do grupo que possui estoque positivo de capital social são maiores em relação àqueles que não o possuem, independentemente do sexo. Resultados que se repetem quando esse mesmo grupo é comparado com a amostra que não diferencia os indivíduos pelo estoque de capital social, o que evidencia, *per se*, o efeito positivo do capital social na composição salarial dos indivíduos.

Quando comparados os grupos com e sem estoque de capital social, percebe-se claramente que as diferenças salariais, apesar de persistirem, ocorrem em valores

significativamente menores. Enquanto o hiato salarial para o grupo que não possui estoque de capital social ocorre no intervalo entre 0,0699 e 0,2356, para o grupo que possui estoque de capital social esse intervalo ocorre entre 0,0389 e 0,1132 ao longo da distribuição de rendimentos, não existindo diferença significativa para o décimo quantil e a mediana.

O último grupo de resultados da tabela 6 apresenta as estimativas para o impacto direto do capital social sobre os salários, em que a variável de separação de grupos passa a representar, como anteriormente, todas as mulheres que possuem estoque de capital social, enquanto no grupo adverso estão os demais indivíduos da amostra.

A obtenção dos salários com utilização da variável interada ao longo da distribuição de rendimentos resulta em estimativas maiores para as mulheres em quase todos os quantis sugeridos para análise. Nos 30^o, 40^o e 50^o quantis, os hiatos salariais não se mostraram significativos estatisticamente, o que indica que não há diferenças salariais significativas nesses pontos da distribuição dos salários. A influência do capital social na composição salarial feminina e a consequente redução do *gap* salarial por sexo parecem ocorrer, em grande parte, próximo das caudas da distribuição de probabilidade dos rendimentos.

Os impactos das condições de saúde dos trabalhadores nas estimativas por *quantis* sugerem que o diagnóstico positivo de doenças provoca efeitos de reduções salariais naquelas mulheres que possuem menores remunerações, enquanto a violência sofrida parece reduzir mais diretamente os salários dos homens. Em síntese, as condições de saúde dos indivíduos impactam diretamente sua composição de rendimentos, apesar de sua inclusão nas estimativas realizadas não provocarem efeitos significativos na relação entre o capital social e os diferenciais salariais por sexo tratados neste estudo.

Foram realizadas também estimativas com a extrapolação dos dados amostrais para a população, seguindo Szwarcwald *et al.* (2014), com o objetivo de definir os fatores de expansão dos domicílios e do morador selecionado para responder à terceira parte do questionário e no intuito de verificar se os resultados obtidos com as estimativas a partir da amostra reverberam para a população. Os modelos com os métodos MQO e IV foram executados utilizando-se as mesmas especificações já definidas anteriormente.

TABELA 6
Comparação dos efeitos do capital social sobre os diferenciais de salários com decomposição quantílica incondicional (2013)

quantil	Efeitos indiretos										Efeitos diretos	
	OB-RIF para grupo de indivíduos sem CS (capital_social = 0)					OB-RIF para grupo de indivíduos com CS (capital_social = 1)					OB-RIF para grupo de mulheres com CS	
	Homem	Mulher	Diferença salarial	Homem	Mulher	Diferença salarial	Homem	Mulher	Diferença salarial	Outros	cs_mulher	Diferença salarial
0,10	1,0600*** (0,0086)	0,9601*** (0,0122)	0,0999*** (0,0149)	0,9661*** (0,0171)	0,7768*** (0,0224)	0,1894*** (0,0282)	1,0796*** (0,0108)	1,0677*** (0,0111)	0,0119 (0,0154)	0,9673*** (0,0101)	1,0684*** (0,0121)	- 0,1011*** (0,0157)
0,30	1,4730*** (0,0059)	1,4260*** (0,0048)	0,0470*** (0,0076)	1,4058*** (0,0094)	1,3359*** (0,0081)	0,0699*** (0,0124)	1,5181*** (0,0078)	1,4200*** (0,0065)	0,0981*** (0,0102)	1,4082*** (0,0046)	1,4200*** (0,0062)	- 0,0118 (0,0077)
0,50	1,8481*** (0,0068)	1,6874*** (0,0070)	0,1607*** (0,0098)	1,7783*** (0,0107)	1,5727*** (0,0099)	0,2056*** (0,0146)	1,8932*** (0,0088)	1,7889*** (0,0091)	0,1043 (0,0127)	1,7958*** (0,0060)	1,7888*** (0,0091)	0,0070 (0,0109)
0,80	2,6387*** (0,0125)	2,4583*** (0,0127)	0,1804*** (0,0178)	2,4858*** (0,0184)	2,2502*** (0,0212)	0,2356*** (0,0280)	2,7145*** (0,0154)	2,6649*** (0,0174)	0,0496** (0,0233)	2,5416*** (0,0108)	2,6661*** (0,0180)	-0,1244*** (0,0210)
0,90	3,2118*** (0,0161)	3,0394*** (0,0152)	0,1724*** (0,0221)	2,9650*** (0,0289)	2,7616*** (0,0288)	0,2034*** (0,0408)	3,2694*** (0,0188)	3,1924*** (0,0189)	0,0770*** (0,0267)	3,0939*** (0,0141)	3,1924*** (0,0189)	-0,0985*** (0,0236)
Obs.	18,751	16,281	35,032	6,389	5,066	11,455	12,362	11,215	23,577	23,817	11,215	35,032

Fonte: Com base nos resultados das estimações.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ OB-RIF: Decomposição de Oaxaca-Blinder com função de influência recentrada.

Obs.: 1. Erro-padrão das estimativas entre parênteses.

2. Significância: *** = 1%; ** = 5%; * = 10%.

Os resultados para os hiatos salariais relacionados aos modelos 1, 2 e 3 seguem o mesmo sentido das estimativas para a amostra obtidas anteriormente, das quais as estimativas para a amostra expandida produzem diferenças salariais 2,5 p.p. superiores, em média. No modelo 2, o estoque de capital social é significativo e positivo, mas pouco inferior ao obtido nas estimativas para a amostra. Por sua vez, o estoque de capital social aplicado somente às mulheres no modelo 3 é significativo e 1 p.p. superior no que concerne ao plano amostral. Na especificação para o modelo 4, as evidências apontam que os impactos do capital social sobre os salários para a amostra expandida somente são significativos a 10%.

Considerando-se as estimativas realizadas por sexo, os resultados do modelo 5 apontam para a falta de impacto significativo do capital social sobre os salários masculinos para a população, resultado que diverge do obtido para a amostra, em que o capital social produz efeito positivo sobre os salários dos homens. Por sua vez, para as estimativas do modelo 6, o qual considera somente as mulheres no cálculo, os resultados para o impacto do capital social sobre os salários femininos se mostraram significativos e 0,7 p.p. superior em relação à amostra.

As estimativas com variáveis instrumentais para a amostra expandida, ao se utilizarem os instrumentos já definidos conforme o quadro 1, mostraram que o impacto médio do estoque de capital social sobre os salários é significativo e da ordem de quase 143%, independentemente do sexo do indivíduo. Até mesmo sendo relativamente alto, o resultado é inferior àquele obtido para a amostra em quase 80 p.p. Quando considerado apenas o grupo de homens, o impacto do capital social somente é significativo a 90% de confiança. Por sua vez, para as mulheres, o efeito do capital social sobre os salários é positivo e fortemente significativo, apesar de um pouco inferior em relação às estimativas da amostra.

Diante dos resultados obtidos, é possível corroborar os resultados que este trabalho vem construindo ao longo das estimações realizadas, embasado no fato de que o estoque de capital social melhora a composição dos salários de homens e mulheres, mas tem impacto superior sobre a remuneração feminina. Dessa forma, sugere-se que o hiato salarial existente entre os sexos tende a diminuir quando as mulheres constroem um círculo de amigos, não apenas com amigos diretos, mas também ampliando essa interação social com “os amigos dos amigos” – isto é, com a acumulação de estoque de capital social *bonding* e *bridging*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capital social, tanto quanto as demais formas de capital (físico e humano), promove a geração de valor, exercendo influência direta na composição dos rendimentos da força de trabalho. Contudo, sua mensuração não ocorre de maneira fácil, e não há variáveis representativas que possam expressá-lo de forma objetiva, principalmente no nível do indivíduo. Nesse sentido, esse trabalho se propõe a

identificar variáveis representativas para o capital social no nível do indivíduo, ao verificar seus efeitos sobre a composição dos salários e a consequente diferença salarial por sexo ao longo da distribuição de rendimentos.

Utilizando-se os dados amostrais da PNS, foram executados diferentes modelos econométricos com estimativas na média e por quantis selecionados, com a intenção de pôr à prova a hipótese de que o capital social reduz as diferenças salariais entre homens e mulheres, na medida em que é fator relevante para a melhoria na composição dos salários em geral, mas com efeito preponderante sobre os rendimentos das mulheres em diferentes faixas de remuneração do trabalho. Os métodos aplicados não se configuraram como concorrentes entre si, tendo-se em vista que a intenção principal foi criar um arcabouço de resultados, sobre diversos aspectos econométricos, para identificar a persistência dos resultados e, assim, corroborar a hipótese em teste.

Os resultados relacionados às condições de saúde dos indivíduos sugerem que a cobertura privada de saúde parece dar algum tipo de garantia à melhoria da remuneração, e esse efeito é tão maior quanto maiores forem os salários auferidos, enquanto os rendimentos femininos parecem absorver em maior magnitude as restrições impostas pela saúde pessoal. De forma geral, os resultados obtidos para os impactos das condições de saúde parecem seguir aqueles já descritos por Fernandes, Bertoldi e Barros (2009), Rodrigues, Cruz e Paixão (2015), Amendola *et al.* (2017) e Cruz e Irffi (2019).

Em linhas gerais, os resultados obtidos apontam que a construção das redes de amizades e relacionamentos tem significativo impacto na melhoria da composição dos salários. Desse modo, sugere-se que o conjunto de interações sociais (amigos e amigos dos amigos) produzem efeitos do estoque de capital social sobre os salários em geral, mas com impacto superior nos rendimentos femininos quando na média. Impacto este que se percebe predominante nos salários mais baixos, principalmente naqueles inferiores à mediana da distribuição de rendimentos, nas faixas salariais femininas mais baixas.

REFERÊNCIAS

- AIZER, A. **Wages, violence and health in the household**. Cambridge, Estados Unidos: NBER, 2007. (Working Paper, n. 13494).
- AKERLOF, G. A.; KRANTON, R. E. Economics and identity. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 115, n. 3, p. 715-753, 2000.
- AMENDOLA, F. *et al.* Índice de vulnerabilidade a incapacidades e dependência (IVF-ID), segundo condições sociais e de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 2063-2071, 2017.

- ANDREWS, P. Gender differences in persuasive communication and attribution of success and failure. **Human Communication Research**, v. 13, n. 3, p. 372-385, 2006.
- ANDRIANI, L.; KARYAMPAS, D. **A new proxy of social capital and the economic performance across the Italian regions**. Londres: University of London, 2009. (Birkbeck Working Paper in Economics and Finance, n. 903).
- ARAÚJO, V. F.; RIBEIRO, E. P. Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 33, n. 2, p. 1-22, 2002.
- ARRAES, R. A. Capital social, fatores institucionais e custos de transação no crescimento econômico: cenários para países e estados do Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 9., 2002, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: ABC, 2002.
- BECKER, G. S. Investment in human capital: a theoretical analysis. **Journal of Political Economy**, v. 5, n. 70, p. 9-49, 1962.
- BECKER, G. S. A theory of social interactions. **Journal of Political Economy**, v. 82, n. 6, p. 1063-1093, 1974.
- BECKER, G. S. **Accounting for tastes**. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 1996.
- BERTRAND, M. Coase lecture: the glass ceiling. **Economica**, v. 85, n. 338, p. 205-231, 2018.
- BERTRAND, M.; DUFLO, E. Field experiments on discrimination. **Handbook of Economic Field Experiments**, v. 1, p. 309-393, 2017.
- BILAC, E. D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. *In*: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.
- BILERT, V. S. S. *et al.* A contribuição do capital social para o desenvolvimento local sustentável. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 11, n. 21, p. 29-42, 2011.
- BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. **The Journal of Human Resources**, v. 8, n. 4, p. 436-455, 1973.
- BORGHANS, L.; WEEL, B. ter; WEINBERG, B. A. **People people: social capital and the labor-market outcomes of underrepresented groups**. Bonn: IZA, 2005. (IZA Discussion Paper, n. 1494).
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Saúde: referencial teórico**. Brasília: MS, 2020. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/aceso-a-informacao/inqueritos-de-saude/pns/2013/apresentacao/referencial-teorico>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

CAOLI, C. Mulheres receberam 80% do salário dos homens em 2014, mostra IBGE. **Notícias G1**, 17 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/mulheres-receberam-80-do-salario-dos-homens-em-2014-mostra-ibge.html>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CAPRARO, V. **Women are slightly more cooperative than men (in one-shot prisoner's dilemma games played online)**. Londres: Middlesex University London, 21 maio 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3182429>. Acesso em: 14 mar. 2020.

CHANDLER, R. *et al.* The impact of covid-19 among black women: evaluating perspectives and sources of information. **Ethnicity & Health**, v. 26, n. 1, p. 80-93, 2021.

CHEVALIER, A. Education, occupation and career expectations: determinants of the gender pay gap for UK graduates. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 69, n. 6, p. 819-842, 2007.

CLARIDGE, T. **Social capital and natural resource management: an important role for social capital?** Brisbane: University of Queensland, jun. 2004.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 1990.

COLLISCHON, M.; EBERL, A. Social capital as a partial explanation for gender wage gaps. **The British Journal of Sociology**, v. 72, n. 3, p. 757-773, 2021.

CORRÊA, C. S.; QUEIROZ, B. L.; FAZITO, D. Relação entre tamanho e estrutura da rede de apoio e o tempo individual dedicado à atenção ao idoso na cidade de São Paulo, 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 1, p. 75-97, 2016.

CREMONESE, D. Insolidarismo e cordialidade: uma análise das mazelas políticas do Brasil. *In*: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Org.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.

CRUZ, M. S.; ARAUJO, J.; PAIXAO, A. N. Family structure and its impacts on the restrictions of self-perception of elderly health levels in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 8, p. 2751-2762, 2018.

CRUZ, M. S.; IRFFI, G. D. Qual o efeito da violência contra a mulher brasileira na autopercepção da saúde? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 7, p. 2531-2542, 2019.

DINARDO, J.; FORTIN, N.; LEMIEUX, T. Labor market institutions and the distribution of wages, 1973-1992: a semiparametric approach. **Econometrica**, v. 64, n. 5, p. 1001-1044, 1996.

DUQUE, E. Capital social como instrumento de desenvolvimento sustentável. **Configurações**, v. 11, p. 189-201, 2013.

FAUSTINO, I. A.; ARAÚJO, E.; MAIA, K. Mercado de trabalho e discriminação: uma análise das diferenças salariais e discriminação por gênero no Brasil e macrorregiões (2004-2014). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 45., 2017, Natal. **Anais...** Natal: Anpec, 2017.

FERNANDES, L. C. L.; BERTOLDI, A. D.; BARROS, A. J. D. Utilização dos serviços de saúde pela população coberta pela Estratégia de Saúde da Família. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 4, p. 595-603, 2009.

FIGUEIRÓ, M. T. *et al.* Traços de personalidade de estudantes de psicologia. **Psicólogo Informação**, v. 14, n. 14, p. 13-28, 2010.

FIRPO, S.; FORTIN, N.; LEMIEUX, T. Unconditional quantile regressions. **Econometrica**, v. 77, n. 3, p. 953-973, 2009.

FIRPO, S.; FORTIN, N.; LEMIEUX, T. Decomposition methods in economic capital social. *In*: ACEMOGLU, D.; AUTOR, D. (Ed.). **Handbook of labor economics**. Amsterdam: Elsevier, 2011.

FIRPO, S.; FORTIN, N.; LEMIEUX, T. Decomposing wage distributions using recentered influence function regressions. **Econometrics**, v. 6, n. 2, p. 28-68, 2018.

GAUSMAN, J.; LANGER, A. Sex and gender disparities in the covid-19 pandemic. **Journal of Women's Health**, v. 29, n. 4, p. 465-467, 2020.

GLASER, K.; GRUNDY, E. Marital status and long-term illness in Great Britain. **Journal of Marriage and the Family**, v. 59, n. 1, p. 156-164, 1997.

GOMES, M. R.; SOUZA, S. C. I. Assimetrias salariais de gênero e a abordagem regional no Brasil: uma análise segundo a admissão no emprego e setores de atividade. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 3, p. 1-31, 2019.

GROVE, W. A.; HUSSEY, A.; JETTER, M. The gender pay gap beyond human capital: heterogeneity in noncognitive skills and in labor market tastes. **The Journal of Human Resources**, v. 46, n. 4, p. 827-874, 2011.

HARB, N.; ROUHANA, T. Earnings and gender wage gap in Lebanon: the role of the human and social capital. **Applied Economics**, v. 52, n. 44, p. 4834-4849, 2020.

HERMANN, Z.; KOPASZ, M. The effects of social capital on wage income: a multi-country analysis. **Corvinus Journal of Sociology and Social Policy**, v. 2, n. 2, p. 3-26, 2011.

KAZTMAN, R. **Activos y estructuras de oportunidades**: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. [s.l.]: Repositório CEPAL, 1999. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/7cb04f5a-220f-40de-89ee-114ccb1d4195/content>. Acesso em: 19 mar. 2020.

KLASEN, S. *et al.* **What drives female labor force participation?** Comparable micro-level evidence from eight developing and emerging economies. Bonn: IZA, 2019. (IZA Discussion Paper, n. 12067).

MADALOZZO, R. Occupational segregation and the gender wage gap in Brazil: an empirical analysis. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 2, p. 147-168, 2010.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S.; LICO, M. **Segregação ocupacional e hiato salarial entre os gêneros**. São Paulo: Insper, 2015. (Insper Working Paper, n. 357).

MANSKI, C. F. Economic analysis of social interactions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 3, p. 115-136, 2000.

MINCER, J. **Schooling, experience and earnings**. Nova York: Columbia University Press, 1974.

MOLINA, J. A. *et al.* Gender differences in cooperation: experimental evidence on high school students. **Plos One**, v. 8, n. 12, p. 1-10 (p. e83700), 2013.

MOLYNEUX, M. Gender and the silences of social capital: lessons from Latin America. **Development and Change**, v. 33, n. 2, p. 167-188, 2002.

MORAIS FILHO, G. B. **Discriminação salarial e segregação ocupacional**: uma análise de gênero no mercado de trabalho paraibano (1995-2009). 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MORIN, L. Do men and women respond differently to competition? Evidence from a major education reform. **Journal of Labor Economics**, v. 33, n. 2, p. 443-491, 2015.

NIEDERLE, M.; VESTERLUND, L. Do women shy away from competition? Do men compete too much? **The Quarterly Journal of Economics**, v. 122, n. 3, p. 1067-1101, 2007.

NUNES, V. F.; PIZZI, J. The social capital category in Putnam: for a socially responsible. **International Journal of Advances in Social Science and Humanities**, v. 2, n. 10, p. 38-48, 2014.

OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review**, v. 14, n. 3, p. 693-709, 1973.

PARADELLA, R. Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 11 mar. 2019. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens#:~:text=Mesmo%20com%20uma%20leve%20queda,Domic%C3%ADlios%20Cont%C3%ADnua%20\(PNAD%20Cont%C3%ADnua\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens#:~:text=Mesmo%20com%20uma%20leve%20queda,Domic%C3%ADlios%20Cont%C3%ADnua%20(PNAD%20Cont%C3%ADnua)). Acesso em: 20 fev. 2021.

POLLÁN, M. M. **Capital social**: glosario. Santiago de Compostela: Camiño do Faro, 2013.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone**: the collapse and revival of American community. Nova York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NONETTI, R. Y. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RIBEIRO, L. L.; ARAÚJO, J. A. Capital social e pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 4, p. 749-765, 2018.

RIOS-AVILA, F. Recentered influence functions (RIFs) in Stata: RIF regression and RIF decomposition. **The Stata Journal**, v. 20, n. 1, p. 51-94, 2020.

RODRIGUES, J. D.; CRUZ, M. S.; PAIXÃO, A. N. Uma análise da prevenção do câncer de mama no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva (online)**, v. 20, n. 10, p. 3163-3176, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FhNNWR8rXswhXgnL7QYzk7F/?lang=pt>.

SANTOS, M. M.; HERMETO, A. M. Uma abordagem de decomposição quantílica para diferenciais regionais de salários no Brasil metropolitano. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 49, n. 1, p. 99-132, 2019.

SAPPLETON, N. Women non-traditional entrepreneurs and social capital. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 1, n. 3, p. 192-218, 2009.

SCHLÖSSER, A. Elementos caracterizadores das representações sociais da amizade para universitários. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 12-19, 2020.

SHULTZ, T. Investment in human capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SILVA, M. F. G. **Cooperação, capital social e desempenho econômico**: um estudo analítico. Relatório de pesquisa. São Paulo: [s.n.], 2001.

SILVA, V. H. M. C.; FRANÇA, J. M. S. Decompondo o diferencial regional de salários entre Sudeste e Nordeste: uma aplicação da abordagem quantílica incondicional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 47, n. 3, p. 109-129, 2016.

SOUZA, L. K.; HUTZ, C. S. Relacionamentos pessoais e sociais: amizade em adultos. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, p. 257-265, 2008.

SZWARCWALD, C. L. *et al.* Pesquisa Nacional de Saúde no Brasil: concepção e metodologia de aplicação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 2, p. 333-342, 2014.

TREADWELL, H. M. Wages and women in health care: the race and gender gap. **American Journal of Public Health**, v. 109, n. 2, p. 208-209, 2019.

VIEIRA, L. A.; RIBEIRO, L. C.; ZELLER, C. B. Capital social e saúde: associação entre *proxys* de capital social e a taxa de mortalidade por causas externas por agressão e por lesões autoprovocadas em municípios brasileiros com mais 100.000 habitantes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. **Anais... Águas de Lindóia**: Abep, 2012.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Originais submetidos em: jul. 2020.

Última versão recebida em: jun. 2021.

Aprovada em: jun. 2021.